

Aperfeiçoamento do Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas com vista à adição de apoios adequados às PME

Wu Xueqi 1/9/2022

No ano corrente, os negócios das empresas, sofrem cada vez mais impactos em comparação com a situação em 2021, sobretudo devido ao último surto da pandemia. Sob este cenário, com excepção dos estabelecimentos de necessidades básicas, como os supermercados, a grande maioria das Pequenas e Médias Empresas (PME) está mergulhada numa crise profunda. Nesta fase, apesar de a situação pandémica já estar novamente normalizada, a sobrevivência das PME parece ser cada vez mais difícil.

Tomando como exemplo a restauração, no início da pandemia em 2020, as maiores dificuldades residiam no desperdício de ingredientes alimentares e na carga financeira do arrendamento do espaço e dos recursos humanos. A isto acresceu, em 2021, o custo das matérias-primas e de transporte, os empréstimos e o custo de adesão às plataformas digitais de *takeaway*, entre outros. Por fim, em 2022, todos estes problemas não só não tiveram o devido alívio como ainda começaram a prejudicar o resto, colocando as PME numa posição seriamente adversa. Felizmente, em Agosto passado, o Governo lançou a primeira ronda de medidas de apoio ao combate à pandemia, no valor de 10 mil milhões de patacas, como forma de apoiar as PME. Porém, esta é apenas uma solução temporária e sem capacidade de resolver definitivamente as dificuldades.

O Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas foi lançado em 2003 pela Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico, em resposta ao impacto da SARS nas empresas e para apoiar as PME na melhoria do seu ambiente de negócio e da sua capacidade operacional. O plano, com um limite máximo de 600 mil patacas estabelecido como subsídio em forma de empréstimo, a pagar dentro de um prazo de até oito anos, serviu naquela altura de base financeira para as operações das PME, permitindo que estas superassem as suas dificuldades económicas e financeiras, provocadas pela SARS. Quase 20 anos volvidos desde o lançamento deste plano e face a factores como o maior impacto da pandemia de Covid-19 em relação à SARS e a inflação, o antigo limite máximo de 600 mil patacas já não chega para satisfazer as necessidades das PME e permitir que estas mantenham o seu funcionamento básico. Dito isto, proponho que as 600 mil patacas sejam aumentadas



para um milhão. Quanto às empresas que já estejam a beneficiar do montante original do subsídio, proponho que lhes seja atribuída a diferença entre o montante já recebido e o novo limite de um milhão. Ao fim e ao cabo, trata-se de uma solução de ganho mútuo, uma vez que o plano permite às PME fazerem face às suas urgências em termos de fluxo de capital e, além disso, o Governo pode reaver a totalidade da quantia subsidiada em oito anos.